

Nota relativa ao currículo académico e profissional do licenciado Francisco José Chagas dos Reis

Currículo académico — atribuição do grau de licenciatura em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Évora.
Currículo profissional:

Em 1990, realizou estágio no Gabinete de Arquitectura Paisagista Kienle und Rendler, Buro, enquanto bolsheiro do Programa COMMET;

Desde 1990 a 1992, desenvolveu a sua actividade no Gabinete de Ambiente da Associação de Municípios do Oeste nas áreas da conservação da natureza e da concepção de projectos de espaços exteriores para as câmaras associadas;

Desde 1992 a 1994, colaborou com a Câmara Municipal de Peniche, como avençado, nas áreas do planeamento urbano e conservação da natureza, nomeadamente na realização de trabalhos no âmbito da protecção e valorização do litoral;

Desde Outubro de 1994 a Abril de 2004, desenvolveu a sua actividade profissional na ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve (DRAOTA), actual Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), tendo integrado o quadro daqueles serviços em 28 de Agosto de 1998; Trabalhou nas áreas da conservação da natureza, protecção, valorização e gestão do litoral, ordenamento do território e reserva ecológica nacional, sendo de realçar os seguintes aspectos:

Em Novembro de 1999, foi nomeado coordenador da implementação do POOC Burgau-Vilamoura, o que fez até Abril de 2004;

Desde Agosto de 2000 a Abril de 2001, foi chefe da Divisão Sub-Regional (DSR), sendo da competência desta Divisão os assuntos relacionados com o litoral e planos de ordenamento de orla costeira da sua área de jurisdição;

Desde Abril de 2001 até Abril de 2004, foi director de serviços do Litoral, Conservação da Natureza e Infra-Estruturas, sendo da competência desta Direcção de Serviços os assuntos relacionados com o litoral, planos de ordenamento de orla costeira, execução de obras (litoral, POOC, linhas de água, açudes) e conservação da natureza;

Desde Abril de 2004 até Outubro de 2005, trabalhou no grupo de trabalho do litoral do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), com o objectivo de apoiar a áreas protegidas no âmbito da implementação dos planos de ordenamento de orla costeira.

Despacho n.º 24 950/2005 (2.ª série). — Ao abrigo das disposições consagradas nos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, no artigo 9.º da Lei n.º 2/2005, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e na alínea *m*) do artigo 11.º da Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 117/2004, de 18 de Maio, delego na licenciada em Direito Luísa Maria Jorge Alves de Sousa competência para proferir decisão final nos processos de contra-ordenação em que, por força de lei, essa competência seja da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, bem como a competência para autorizar o pagamento de coimas em prestações.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados pela delegada que digam respeito à presente delegação de competências.

9 de Novembro de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Despacho n.º 24 951/2005 (2.ª série). — Atendendo aos trabalhos em curso nesta Comissão de reestruturação, reorganização e racionalização dos serviços e respectivas competências, funções e procedimentos;

Considerando que, nessa conformidade, se verifica a necessidade de imprimir nova orientação à gestão na área do planeamento e desenvolvimento regional, por forma a assegurar uma maior dinâmica, coerência e eficácia nos trabalhos desenvolvidos naquele âmbito, bem como um aproveitamento de sinergias e dos recursos disponíveis no Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento e no Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e da Cooperação da ex-CCRLVT:

Determino, no uso da competência própria conferida pela alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a cessação do exercício de funções que têm vindo a ser exercidas em regime de gestão corrente pela assessora do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desen-

volvimento Urbano, Maria Isabel Gomes de Sousa Lobo, no cargo de directora de serviços do Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2005.

11 de Novembro de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA SAÚDE

Aviso n.º 11 027/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Outubro de 2005, e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pela Santa Casa da Misericórdia de Portimão, hospital, sito na Avenida de São João de Deus, 8500-508 Portimão, para o seu consumo próprio, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

28 de Outubro de 2005. — Pela Direcção-Geral da Empresa, o Director-Geral, *Hélder Oliveira*. — Pelo Conselho de Administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, o Presidente, *Vasco A. J. Maria*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 24 952/2005 (2.ª série). — Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Maria Gabriela Remédios César licença especial para o exercício de funções transitórias em Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Determino, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, que seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Maria Gabriela Remédios César de 16 de Setembro de 2005 a 16 de Setembro de 2006.

15 de Setembro de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas

Despacho n.º 24 953/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º, no n.º 3 do artigo 7.º e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de destacamento, o assessor da carreira de médico veterinário Dr. Henrique Luís Rodrigues Sales Henriques, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, para prestar funções de apoio ao meu Gabinete, no exercício de funções técnicas do âmbito da sua especialidade, sendo suportado pelas verbas do meu Gabinete o valor mensal correspondente às despesas de representação estabelecidas para o cargo de adjunto de gabinete, bem como a diferença entre o vencimento relativo à sua categoria e o de adjunto de gabinete, incluindo subsídios de férias e de Natal.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

3 — O nomeado terá ainda direito quando se deslocar em missão oficial no País ou no estrangeiro aos abonos das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo no montante igual ao que estiver em vigor para os servidores do Estado com a categoria correspondente ao índice 710 da tabela salarial do novo sistema retributivo (NSR) da função pública.

1 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Rectificação n.º 1978/2005. — Por terem sido detectadas algumas inexactidões no despacho n.º 23 656/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 21 de Novembro de 2005, a p. 16 164,

rectifica-se que, no segundo parágrafo, onde se lê «assistente administrativa» deve ler-se «técnica de informática, grau D» e, no terceiro parágrafo, onde se lê «assistentes administrativas» deve ler-se «assistentes administrativas especialistas».

21 de Novembro de 2005. — O Chefe do Gabinete, *José Alexandre Rodrigues*.

Direcção Regional de Agricultura do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 24 954/2005 (2.ª série). — Considerando que a licenciada Ana Teresa do Vale Caseiro Viegas, técnica superior de 1.ª classe da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, completará em 25 de Novembro de 2005 os três anos da comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão de Intervenção Veterinária de Alcácer do Sal, cargo de direcção intermédia de 2.º grau;

Considerando que a referida dirigente deu cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

Considerando o relatório de demonstração das actividades prosseguidas e os resultados obtidos por aquela dirigente;

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 21.º, n.º 8, e 24.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, renovo a comissão de serviço da licenciada Ana Teresa do Vale Caseiro Viegas no cargo de chefe da Divisão de Intervenção Veterinária de Alcácer do Sal, com efeitos a 26 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Augusto José de Sousa Gouveia*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Aviso n.º 11 028/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 28 de Abril de 2005 dão-se por concluídos os procedimentos do concurso interno de acesso limitado para técnico especialista, da carreira de engenheiro técnico agrário, do quadro de pessoal desta Direcção Regional de Agricultura, aberto pela *Ordem de Serviço*, n.º 15/2000, de 20 de Abril, com efeitos a partir de 18 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — O Director Regional, *António J. N. Ramos*.

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

Despacho n.º 24 955/2005 (2.ª série). — Considerando as vantagens da desburocratização, designadamente através da redução dos circuitos de decisão, traduzidas numa maior celeridade e eficácia dos serviços, determino:

1 — Ao abrigo dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, delego nos subdirectores do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, engenheiro Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro e Dr. Rui da Câmara Homem de Noronha, as seguintes competências:

- Autorizar a abertura de concursos, homologar as respectivas listas de classificação final e determinar a conversão da nomeação provisória em definitiva;
- Autorizar deslocações em serviço no continente, em meio de transporte que não o de utilização de avião, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;
- Autorizar a abertura de procedimento e a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços até ao limite de € 7500, com prévio cabimento orçamental.

2 — Ao abrigo do n.º 2 do despacho n.º 21 145/2005, de 21 de Setembro, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, subdelego nos citados dirigentes competência para a prática dos seguintes actos:

- Autorizar viaturas do Estado a circular fora do território nacional;
- Autorizar despesas resultantes de acidentes em serviço até ao limite de € 7500.

3 — Pelo presente despacho ratifico todos os actos praticados pelos mencionados subdirectores desde a data das respectivas nomeações, no âmbito dos poderes atrás delegados e subdelegados.

16 de Novembro de 2005. — A Directora, *Maria Rita de Oliveira Horta*.

Despacho n.º 24 956/2005 (2.ª série). — Considerando a necessidade de imprimir uma maior celeridade e eficácia às decisões administrativas e de atribuir uma maior responsabilidade aos vários níveis de direcção, ao abrigo dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Delego nos dirigentes Dr.ª Ana Mira de Castro, directora de serviços de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, Dr.ª Maria del Carmen Pastor Gómez-Cornejo, directora de serviços de Gestão e Administração, engenheira Maria da Luz Martins Anjos Serra Mendes, directora de serviços de Estatísticas e Gestão da Informação, engenheiro Carlos Vieira Capela, director de serviços de Estudos e Planeamento e Prospectiva, engenheiro Adriano Paulo de Carvalho, director de serviços de Produções Vegetais, engenheiro Luís Manuel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros, director de serviços de Produções Animais, Dr.ª Isabel Maria Boalma Bastos Coelho Palma, directora do Gabinete Jurídico, Dr.ª Branca Maria Mendonça Ribeiro, chefe de divisão de Documentação e, em acumulação, de Divulgação e Relações Públicas, e Dr.ª Isabel Maria Martins Apolinário Joaquim, chefe de divisão de Organização e Informática, a prática dos seguintes actos, no âmbito dos respectivos serviços:

- Autorizar deslocações em serviço no continente, em viatura oficial ou transporte público, com prévio cabimento orçamental;
- Assinar a correspondência e o expediente necessários à mera instrução dos processos próprios de cada serviço.

2 — Delego ainda na Dr.ª Maria del Carmen Pastor Gómez-Cornejo, directora de serviços de Gestão e Administração, a competência para a prática dos seguintes actos:

- Solicitar a verificação domiciliária da doença dos funcionários, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- Autorizar a abertura de procedimento e a realização de despesas com a realização de obras e aquisição de bens e de serviços até ao limite de € 2500, com prévio cabimento orçamental;
- Autorizar o pagamento de despesas cuja realização tenha sido previamente autorizada.

3 — Pelo presente despacho ratifico todos os actos praticados pelos mencionados dirigentes, desde a data de minha nomeação, no âmbito dos poderes atrás delegados.

16 de Novembro de 2005. — A Directora, *Maria Rita de Oliveira Horta*.

Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P.

Despacho n.º 24 957/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 18 de Novembro de 2005:

Augusto Jorge Monterroso dos Reis Teixeira — nomeado definitivamente, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal deste Laboratório Nacional, com efeitos reportados a 25 de Junho de 2005, após avaliação e classificação final do estágio com *Bom* (14,6 valores). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — A Directora, *Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Aviso n.º 11 029/2005 (2.ª série). — *Concurso externo de ingresso para o provimento de 55 lugares da categoria de assistente de acção educativa, da carreira de assistente de acção educativa, do quadro de*